

Uma escuta possível em situação de violência doméstica¹

Simone Gryner

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psiquiatria.

Psicanalista, coordenadora do Núcleo de Atenção à Violência.

“Eu nunca recebi um paciente envolvido em uma situação de violência doméstica”, nos disse recentemente um profissional de saúde.

Será possível que essa situação seja frequente em nossos dias? Acreditamos que as dificuldades que a sociedade brasileira vive – sociais, financeiras e políticas – fazem com que qualquer profissional que atue no campo da saúde, da educação e/ou da justiça, se estiver atento, se depare com situações de violência doméstica em seu cotidiano de trabalho.

Este texto visa a introduzir pontos importantes, a partir de alguns fragmentos de situações comuns desta clínica, que nos colocaram diante de embaraços e decisões difíceis. Acreditamos que tais situações podem ter reflexos na prática de todo profissional que lida com a violência doméstica.

Violência doméstica: algumas características

João, seis anos, acompanha sua mãe todo fim de semana ao seu lugar de trabalho, em uma praça da cidade. Um dia, um taxista que fazia ponto naquele lugar, “conhecido dos dois há alguns anos”, convida João e mais duas crianças para fazerem um passeio em seu táxi. Nessa ocasião,

esse homem abusa sexualmente de João. A mãe de João não tem muitas informações sobre esse homem – sobrenome, endereço etc. – mas, apesar disso, considerava-o uma pessoa “familiar”, pois ele brincava com as crianças e estava lá toda semana.

A violência doméstica se caracteriza por uma situação excessiva para a criança ou adolescente na qual ela e o autor da agressão têm uma relação já estabelecida. A violência é cometida dentro do contexto da esfera social daquela pessoa e pode implicar algum grau de parentesco – pai, mãe, avós etc. – ou apenas uma relação de proximidade – vizinhos, conhecidos etc.

Nessa situação, fez muita diferença, tanto para a criança quanto para a mãe, o fato de a violência ter sido realizada por alguém em quem se depositava certo tipo de confiança. Entretanto, ao contrário do que ocorria na situação acima relatada, a violência acontece de forma mais frequente dentro da própria família e raramente se manifesta num episódio isolado, único.

Frequentemente, a violência é somente uma das diversas formas de relação entre essas pessoas, o que significa que estão intensamente presentes, sentimentos contraditórios de amor e ódio, respeito e desprezo, confiança e medo.

Além da violência sexual, a violência pode se caracterizar como físi-

ca, psicológica, como negligência ou como exploração sexual comercial. Podemos acrescentar também situações de risco pessoal e social como, por exemplo, crianças e adolescentes envolvidos com tráfico de drogas, prostituição e/ou que fogem de casa para morar na rua.

Marcas e desdobramentos da violência

Maria é uma menina de sete anos que vive numa vila. Um dia, um vizinho a pega e a estupra violentamente. A mãe toma todas as providências necessárias: vai a um hospital, notifica o Conselho Tutelar, solicita a ajuda das pessoas mais próximas. Já Camila, da mesma idade, sofre uma tentativa de ser molestada, também por um vizinho. Mas, ao contrário da situação anterior, sua mãe, apesar de também tomar as providências necessárias, continua, mesmo passado algum tempo, completamente colada à situação de violência. Na sua tentativa de cuidar da filha, ela ora a expõe contando para todos na escola o ocorrido, ora age de forma superprotetora, não deixando a filha sequer ir para o colégio.

As marcas provocadas pela violência são diferentes para cada criança. A intensidade de seus efeitos depende da vulnerabilidade, da idade, da frequência, do tipo de abuso, do silêncio em torno da criança e do posicionamento dos responsáveis. Tem

consequências muito distintas o fato de uma criança viver um ato isolado, ou ter que conviver diariamente com o autor da agressão. Os cuidados que se seguiram após a revelação (se acreditaram, se protegeram) influenciam, retroativamente, o que foi vivido na época do abuso.

Estas situações revelam que, de certa forma, não existe o fato em si, mas que todo fato parte da leitura que se pode ter dele, e das possibilidades e impossibilidades que surgem a partir daí. No primeiro caso, passado um tempo de tratamento, Maria pôde reestruturar sua vida social, o que inclui suas relações com seus pais, amigos, além da possibilidade de continuar seu percurso na escola. Já Camila, passado algum tempo, permanece ainda em tratamento, com comprometimentos na sua vida afetiva e social – sem amigos, com dificuldades escolares. Isso não é sem relação com a forma com que seus pais viveram as situações de violência. Aqui é importante marcar que não se trata de culpabilizar os pais, mas sim de ressaltar que a forma com que eles vão se relacionar com a situação de violência traz consequências. Muitas vezes, passados anos, ela ainda se mantém como centro das atenções da vida familiar.

Dificuldades decorrentes da suspeita de uma violência

Marta é uma mulher de 35 anos, mãe de Amanda, uma menina de quatro anos.

Marta chega sozinha para a entrevista de triagem, no plantão do ambulatório. Ela suspeita que seu ex-marido esteja manipulando sexualmente e psicologicamente a filha nas visitas de fim de semana. Sente-se desorientada com o excesso de informações e temerosa com as consequências de levar adiante sua suspeita.

Uma situação bastante frequente que chega aos profissionais de saúde é uma suspeita de situação de violência sem que tenha havido a confirmação.

Nesse momento, se o profissional de saúde conseguir não ficar fixado em descobrir “a” verdade, há mais chance de a fala circular e de um vínculo se construir. Independentemente do fato de estar ou não havendo o abuso, a suspeita da ocorrência já traz consequências para os envolvidos, e essas consequências podem ser percebidas de várias formas. É importante que o paciente e seus familiares se sintam acolhidos para que possam falar de seus medos, inseguranças e dificuldades.

Independentemente de haver ou não a confirmação, os primeiros contatos do profissional com as pessoas envolvidas são fundamentais e têm influências sobre os possíveis desdobramentos do caso.

Uma suspeita de uma situação

de violência doméstica muitas vezes não é confirmada, podendo até ficar provado que ela não ocorreu. Dessa forma, é fundamental que o profissional não tome atitudes precipitadas, pois isso pode agravar ainda mais o caso, como na situação inusitada a seguir.

Leandra é uma adolescente de 15 anos. Sua mãe faleceu quando era pequena e a rede familiar se resumiu praticamente a ela e seu pai. A chegada da adolescência da filha evocou muitas dificuldades para este pai que tentava estabelecer limites através da força física. Quando Leandra começa a namorar, os problemas aumentam, principalmente porque a adolescente tem dificuldades de aceitar qualquer proibição. Ela decide, então, notificar o pai no Conselho Tutelar por espancamento. A decisão judicial foi dar a guarda provisória à mãe do namorado antes mesmo de ouvir a versão desse pai. Depois de vários meses, namoro desfeito, a jovem relata que exagerou no seu relato, pois não conseguia conviver com a forma com que o pai impunha sua autoridade.

Nesse caso, podemos ver como uma atitude precipitada, sem ouvir atentamente todos os envolvidos, pode provocar uma conduta equivocada. Apesar de Leandra ter voltado a morar com o pai, este ficou alguns anos em tratamento. Se podemos afirmar que a notificação provocou a possibilidade de ele ter um espa-

ço para falar de suas dificuldades, também devemos acrescentar que a destituição provisória do pátrio poder trouxe muitas dificuldades para esse homem poder continuar a sustentar seu lugar de pai.

Verifica-se que se por um lado, hoje em dia, as pessoas envolvidas em situações de violência doméstica têm tido mais suporte para procurar ajuda, por outro, o fato de o tema circular mais na mídia produz, também, um grande número de “confirmações” equivocadas. Muitas vezes, a forma como são realizadas as perguntas sobre uma suspeita de abuso, independentemente das boas intenções, pode induzir a criança a relatar histórias de cunho violento, fazendo com que ela possa reproduzir e até mesmo “acreditar” nessas histórias.

É importante acrescentar, no entanto, que em muitos casos é necessário que a instância jurídica intervenha de uma forma incisiva, impedindo a suposta relação de violência.

Impasses da notificação

Aline é uma menina de três anos, com pais separados. Sua mãe começa a perceber que ela tem voltado esquisita das visitas ao pai: agitada, agressiva e com dificuldades para dormir. Num certo dia, no banho, Aline reclama para a avó que sua “bimbinha” está doendo, diz que seu pai mexe nela no banho e se recusa a falar mais sobre isso. Passado algum

tempo, Aline volta a dizer para a avó e para a mãe que o pai mexe nela, mas continua a pedir para estar com ele.

A mãe leva a filha ao pediatra, que não encontra nenhuma alteração visível. Ela também procura um advogado, para tentar modificar a regulamentação das visitas, e este lhe fala sobre as dificuldades da situação: falta de “provas físicas”, histórico de depressão por parte da mãe, e situação financeira estável do pai.

Pode-se dizer que faz diferença o fato de uma situação de violência doméstica ter ou não passado por uma instância jurídica antes de chegar para atendimento, pois não é simples para o profissional de saúde perceber a melhor forma e o melhor momento de fazer uma notificação.

Sabemos que uma criança ou um adolescente pode viver em uma situação de violência doméstica durante um longo período sem conseguir pedir ajuda. Quando algum pedido é sinalizado, é muito importante que esse apelo seja escutado e tenha como consequência desdobramentos em cuidados ligados à saúde (atendimento médico e psicológico), à instância jurídica (intervenções protetivas) e /ou à educação (atenção pedagógica e nas relações sociais).

No entanto, a notificação pode ter desdobramentos imediatos que podem agravar ainda mais a situação. Num caso como este, não era

claro se a situação estava realmente ocorrendo, se aquilo poderia ser uma fantasia da mãe. Percebemos que seria realmente muito possível que a situação se revertisse, e, ao invés de impedir um encontro com o pai, que possivelmente estivesse sendo abusivo, a notificação poderia mesmo precipitar uma destituição da mãe que efetivamente tinha muitas dificuldades para cuidar da filha.

Se sabemos que é muito grave quando uma criança pede ajuda e seu apelo não pode ser escutado, o profissional de saúde, ao escutar um relato de violência doméstica, passa a estar aí implicado e tem responsabilidade na condução da situação. A situação acima relatada, independentemente da veracidade do relato materno, não deixava dúvidas de que a criança estava vivendo alguma situação inadequada e excessiva para ela. Foi só após algumas entrevistas, que a psicóloga pôde escrever um laudo para o Conselho Tutelar. Nesse sentido, é importante marcar como é necessário um trabalho preliminar, oferecendo uma escuta para todos os envolvidos, para que se possa tomar qualquer decisão de uma forma responsável e que não precipite desdobramentos ainda piores.

O acompanhamento aos pais

Nas primeiras entrevistas, Roberta de quatro anos – que chegara

ao serviço levada pela mãe que suspeitava que seu ex-marido vinha manipulando a filha – não ficava sozinha na sala e mostrava-se ansiosa quando a mãe falava. O primeiro trabalho realizado foi de acolher e escutar esta mãe que falava de suas dificuldades. Após algumas sessões, Roberta consegue permanecer mais tempo na sala, mostrando-se muito agressiva e agitada. Seu pai é chamado a comparecer ao atendimento e após esta entrevista, Roberta passa a falar da ambiguidade de seus sentimentos em relação ao pai. Na primeira brincadeira que ela demanda a participação da terapeuta, solicita que ela faça cobras – pequenas e grandes – com a massa de modelar. Diz que “são cobras que mordem”, mas “são boazinhas, que não machucam”. As cobras grandes eram os pais das pequenas. Os pais mordiam as filhas. “Mas elas gostam deles”.

Na direção de um trabalho com uma criança em situação de violência doméstica – principalmente quando o pai é o suposto autor – é importante que o terapeuta possa ouvi-lo sem tomar aquilo que lhe foi relatado por outros como uma verdade absoluta. Chamar o pai também permite ao terapeuta ter mais elementos para pensar e agir no caso.

Às vezes, é muito difícil para a criança estabelecer um vínculo com o psicólogo e falar da situação sem que esse trabalho com os pais tenha

sido feito.

O atendimento não deve ser um lugar “escondido” e nem um lugar a favor ou contra um dos pais. No caso em questão, o pai mantinha contatos regulares com a filha e aparecia frequentemente em sua fala. Na sessão seguinte à ida do pai ao tratamento, notou-se uma reação imediata na criança de fortalecimento do vínculo com a analista. É possível, portanto, levantar a hipótese de que a criança passa a reconhecer o espaço analítico como sendo dela, quando tanto a mãe quanto o pai podem estar incluídos, reconhecimento este que é fundamental para a possibilidade do tratamento.

Nesse caso, o acolhimento da situação, em toda a sua ambivalência e complexidade, produziu efeitos significativos que vão além daqueles observados unicamente na criança. Apesar de a psicóloga ter escrito um laudo que redundou na suspensão temporária das visitas paternas, o acolhimento de ambos os responsáveis foi mantido. O lugar paterno, fundamental para a menina, pôde ser preservado, apesar desta intervenção de separação. Citamos aqui uma fala dela: em uma sessão Roberta, ao brincar, encena que o pai é atropelado e diz que ele tem que ser levado para o que ela chama “a Delegacia dos Médicos”. Na leitura que foi feita desta fala, destacou-se o fato de como está presente para ela

que o pai fez algo que não devia – o que exige um limite colocado por uma instância representante da lei – mas também como é necessário que eles possam ter como referência um lugar de cuidados.

Maria é uma mulher de 30 anos que chega com a filha de dez anos que foi abusada sexualmente por um conhecido. Ela nos relata que também foi abusada quando criança e que “pressentia” que isso pudesse acontecer com a sua filha. Isabela, mãe de um menino de seis anos que também foi abusado sexualmente por um conhecido, diz que desde que o menino nasceu não o deixava brincar nem na casa dos amigos nem na rua, pois temia que ele fosse abusado.

Principalmente na violência sexual, tem sido frequente o fato das mães revelarem que também sofreram aquele mesmo tipo de violência quando criança. É importante ressaltar que em relação aos autores de agressão sexual, ao contrário do que circula na literatura especializada, não observamos que a violência seja uma repetição de um abuso ocorrido na infância.

Não é raro, quando lhes é dado um lugar de escuta, que estas mães falem sobre sua história pessoal: relação com seus pais, a forma como conheceram o marido, o lugar ocupado por cada um junto ao outro no casamento, e em relação à criança – e acabem relacionando suas dificulda-

des e escolhas com a própria situação em que a criança se encontra.

Uma escuta para o autor de agressão

Jorge, 34 anos, chegou encaminhado pela Vara da Infância e da Juventude por suspeita de abusar sexualmente de duas crianças vizinhas.

Nas primeiras entrevistas se mantém em uma posição defensiva e nega a acusação, mas depois de se ver acolhido e perceber que a proposta do atendimento não era julgá-lo, começa a falar de como toda a sua vida estava marcada pela ilegalidade: vida sexual, trabalho, relação com a bebida.

Jorge acaba então relatando que abusava das crianças e ao falar e se escutar se vê de frente com o que fazia, deparando-se, pela primeira vez, com um certo horror diante dos abusos que praticava. Ele passa a ter um olhar positivo em relação à intervenção jurídica, reconhecendo que sem ela não teria sido capaz de interromper seus atos. A partir daí várias mudanças importantes ocorrem em sua vida. Jorge consegue uma forma de trabalho legalizada, muda sua relação com a bebida e com sua vida sexual.

O tratamento do autor de agressão visa proporcionar a possibilidade de pôr em palavras aquilo que aparecia somente no agir. Isso não significa que necessariamente o autor irá se

engajar no tratamento e se responsabilizar pelo que fez, já que se trata aí de uma decisão de cada sujeito. Porém, faz toda diferença ele poder ter um espaço de fala, para além da sanção jurídica. É só quando um sujeito articula em seu discurso sua forma de agir que ele pode se reconhecer e se implicar no seu ato, o que abre a possibilidade de uma mudança de posição. Muitas vezes, os profissionais não acreditam que o autor de agressão seja alguém que possa e deseje se tratar.

O tratamento – lugar de palavra

Adriano, 16 anos, um rapaz alto e forte, foi abusado sexualmente por um tio de 70, quando o ajudava nas obras de reforma de sua casa.

Denise, já adulta, conta ter sido abusada sexualmente dos oito aos 15 anos por um tio, deficiente físico em cadeira de rodas, que morava com ela.

Essas situações demonstram de que maneira, na violência doméstica, nem sempre é o uso da força física que determina o fato de um ato ser violento ou não. É comum, especialmente quando se trata de adolescentes, que o fato de que se possa perceber alguma implicação deles no ocorrido, dificulte que se caracterize a situação como violenta.

No atendimento psicoterápico, no entanto, ouvimos como o sexual

pode se colocar de forma excessiva, deixando o sujeito, completamente paralisado, sem condições subjetivas de encontrar alternativas de resposta. Essa imposição do sexual, vinda de alguém em lugar de autoridade, assume um caráter violento. A criança ou o adolescente podem se ver confrontados, aí, a uma situação de constrangimento psíquico na qual não é possível exercer uma escolha.

O fato de que o paciente possa se questionar, no atendimento, quanto à sua implicação no que lhe ocorreu, pode produzir efeitos importantes. Que tenha havido uma violência não impede que o sujeito se questione sobre sua posição, e tenha que se haver com as consequências do que lhe acontece. Nesse sentido, um espaço de fala é essencial para a elaboração da situação. Chama a atenção a surpresa quase sempre presente quando as pessoas envolvidas em situações de violência descobrem que podem falar de si próprias, de suas histórias, e não apenas do acontecimento específico que as levou ao atendimento. É como se, até então, houvesse apenas os fatos a serem desvendados, implicando a existência de uma objetividade, de uma verdade absoluta, sem a presença de um sujeito, afetado de modo singular pelas pessoas que o cercam.

Para que esse sujeito possa perceber que, como cada um de nós, não tem conhecimento absoluto so-

bre o sentido do que faz, pensa ou deseja, é necessário um espaço onde possa falar e ser ouvido, construindo novas possibilidades de interpretação da situação violenta, e novas formas de agir. Para que esse trabalho seja possível, no entanto, são fundamentais as supervisões e as discussões em equipe, que permitem cada psicólogo sustentar esse lugar, mesmo diante da urgência de intervenção que os fatos de violência muitas vezes exigem.

Notas

1. Em colaboração com Bárbara Amaral de Souza, Flavia Franco e Paula Mancini C. M. Ribeiro

Para saber mais

Gryner S., Ribeiro P.M.C.M.- Oliveira R. C. Lugar de palavra. Núcleo de Atenção à Violência (NAV), Rio de Janeiro, 2003.

